



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TOMADA DE CONTAS - COFTC

Parecer n.º 3 de 15 de Fevereiro de 2021.

Projeto de Lei n.º 12/2021 de 08 de Fevereiro de 2021.

Relatório

O projeto em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, *“Altera a redação do art. 5º da Lei Municipal nº 4819, de 01 de Dezembro de 2020, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências”*.

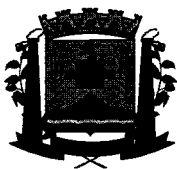
Vem a esta comissão, para parecer, projeto em epígrafe, com base no artigo 49 do Regime Interno que relata:

“Art. 49. Compete à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas manifestar-se sobre matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívidas públicas e outras; além de proposições que fixem e revisem os vencimentos do funcionalismo e os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores”.

Fundamentação

O projeto de Lei que chega a esta Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas traz em seu texto a *“contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências”*.

Em análise à Lei Complementar nº 14/1992, que *“Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ubá”*, o art. 104, inciso III, diz:



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Art. 104. Poderão ser atribuídas ao servidor as seguintes gratificações:

III – Gratificação de Incentivo à Docência, pelo exercício do Magistério;

(...)

Ainda sobre a Lei Complementar nº 14/1992, seus artigos 111, 112 e 113, é dito que:

“Art. 111. A gratificação de incentivo à docência é a vantagem atribuída ao servidor pelo efetivo exercício da docência na regência de turma;

“Art. 112. Ao professor, servidor municipal, , em regência de turma e em efetivo exercício da docência, será devida uma gratificação de 10% (dez por cento) sobre o valor de seu vencimento básico, a título de gratificação de incentivo à docência

Art. 113. A percepção da gratificação de incentivo à docência será assegurada ao servidor somente durante o período em que estiver exercendo a docência, não se incorporando, a qualquer título, a seu vencimento ou remuneração”.

Segundo consta na mensagem 002/2021, encaminhada juntamente do referido Projeto de Lei, esta gratificação de 10% (dez por cento) sobre o vencimento básico é uma vantagem pecuniária atribuída ao servidor pelo exercício da docência na regência de turma e, por lapso, não constou no rol do art. 5º da Lei 4.819/20. Se este lapso não for corrigido, o benefício não poderá ser pago aos professores contratados para substituição temporária na rede pública municipal. Além disto, a contratação temporária se faz necessária pois o concurso público que seria realizado teve que ser adiado por conta da pandemia.

O referido pagamento aos profissionais seria feito retroativo a 1º fevereiro de 2021, data da contratação dos primeiros professores temporários, com fundamento na já mencionada lei.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Conclusão

Pelas razões expostas, a Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas opina pela aprovação do Projeto de Lei n.º 12/2021.

Ubá, 15 de Fevereiro de 2021.

EDEIR PACHECO DA COSTA
PRESIDENTE DA COMISSÃO

ALINE MOREIRA SILVA MELO
MEMBRO DA COMISSÃO

GILSON FAZOLLA FILGUEIRAS
MEMBRO DA COMISSÃO